



PLANO LOCAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS



REDE SOCIAL

UNIDADE DE REDE PARA A INCLUSÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

ENQUADRAMENTO

Embora o conhecimento e registo da passagem e permanência da etnia cigana em Évora seja de longa data, a intervenção, acompanhamento e monitorização das comunidades existentes neste território são processos relativamente recentes, cuja complexidade e abrangência não possibilitaram, até aqui, a construção de um diagnóstico participado pelas próprias comunidades, restringindo-se a informação existente aquela que é produzida e sistematizada por parte das diversas organizações e entidades que intervêm com estes cidadãos.

Todavia, reconhece-se a relevância da produção de um referencial caracterizador que seja sustentado na opinião do povo cigano residente em Évora, evidenciando as mais-valias já existentes no território onde permanecem, mas também aqueles que são os aspetos que carecem de melhoria para uma efetiva inclusão e convivência social entre todos.

Em Portugal existem várias comunidades ciganas que partilham valores comuns como o casamento, a honra e o luto, mas que divergem mediante as idiosincrasias das comunidades onde se foram instalando.

No seguimento desta tendência, a comunidade cigana de Évora é também ela caracterizada por uma forte heterogeneidade, sendo determinante falar em comunidades ciganas.

Tendo por base o emanado na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, a Câmara Municipal de Évora e o Conselho Local de Ação Social de Évora constituíram um grupo de trabalho temático, aqui designado Unidade de Rede para a Inclusão e Diálogo Intercultural (URIDI), cuja intervenção, nos primeiros anos de vigência, ficará centralizada no conhecimento, acompanhamento, inclusão das comunidades ciganas e na facilitação do diálogo intercultural.

Este grupo de trabalho é composto pelas seguintes entidades e organizações:

- ✓ Câmara Municipal de Évora;
- ✓ Centro Distrital de Évora do Instituto de Segurança Social, IP;
- ✓ Instituto de Emprego e Formação Profissional de Évora;
- ✓ Administração Regional de Saúde;
- ✓ Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- ✓ Polícia de Segurança Pública;
- ✓ Guarda Nacional Republicana;
- ✓ Habévora;
- ✓ União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras;
- ✓ Centro Humanitário de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa;
- ✓ Associação para o Desenvolvimento e Bem-Estar da Cruz da Picada (ADBES)

A URIDI pretende desenvolver ações que conduzam ao (re)conhecimento das comunidades ciganas no território, ao acompanhamento e capacitação destes agregados familiares, fazendo da integração precoce dos menores em contexto educativo um dos principais objetivos, mas procurando fomentar a mediação intercultural e a constituição de estruturas representativas da comunidade cigana na sociedade civil como principais finalidades.

Para dar sequência aos objetivos anteriores, torna-se central dar sequência a um efetivo diagnóstico das comunidades ciganas de Évora, pois segundo Joaquim Fialho et al¹, “...o diagnóstico social é uma das formas de intervenção social, frequentemente utilizada no âmbito do trabalho social e uma das fases do processo de planeamento, resumidamente: diagnóstico-ação-avaliação...”. Isto é, o diagnóstico social não é apenas uma compilação de dados estatísticos, serve para melhorar a intervenção social pretendida, através do conhecimento da realidade onde se pretende intervir.

Considerando a centralidade que esta temática assume no contexto das políticas e estratégias locais no domínio da intervenção social, os princípios de igualdade e inclusão preconizados pelo município de Évora em toda a sua atuação e a amplitude dos objetivos traçados pela URIDI e toda a intervenção desenvolvida até ao momento, entendeu a Câmara Municipal de Évora que seria fundamental participar no projeto-piloto dos “Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas” do Alto Comissariado para as Migrações, IP, por forma a garantir o total alinhamento da atuação com as políticas públicas previstas para este domínio, mas também como garante da concetualização e disponibilização de um instrumento de planeamento que, baseado no conhecimento da realidade e integrando a participação dos visados, aponte as linhas estratégicas a percorrer, as ações a desenvolver e os recursos a afetar segundo uma lógica de prioridade.

Aprovado o Plano de Desenvolvimento Social 2019-2021 e a Carta Social de Évora, deverão ser acauteladas as respetivas interseções de todos estes instrumentos, fazendo emergir as respetivas correlações e interações.

O Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas de Évora – PLICCE será estruturado de acordo com o seguinte:

- ✓ Diagnóstico local;
- ✓ Dimensão estratégica;
- ✓ Dimensão operacional;
- ✓ Modelo de monitorização e avaliação;
- ✓ Modelo de Governação.

A concetualização do PLICCE decorrerá até ao dia 30 de abril de 2019, estimando-se que a sua execução acompanhe o período de execução do Plano de Desenvolvimento Social 2019-2021, mediante a forte interdependência destes dois documentos. Desta forma, o PLICCE determinará as principais estratégias, projetos e ações a desenvolver no concelho de Évora até ao final do ano de 2021.

Este plano foi financiado pelo Programa da União Europeia de Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020), no âmbito do projeto coordenado pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P., Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas.

O conteúdo deste plano representa as perspetivas do(s) seu(s) autor(es) exclusivamente. A Comissão Europeia não tem qualquer responsabilidade sobre o uso que é feito da informação veiculada”.

¹ Fialho, Joaquim; Silva, Carlos A. da; Saragoça, José (2015). *Diagnóstico Social Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Lisboa: Edições Sílabo

DIAGNÓSTICO LOCAL

A área diagnóstica do PLICCE será diferenciada em dois níveis de informação:

1. Elementos de caráter quantitativo e qualitativo das comunidades ciganas no território. Tal como referido anteriormente, estes dados resultam da sistematização de informação das organizações e serviços descentralizados do Estado que intervêm com as comunidades ciganas locais.
2. Processo participativo das comunidades ciganas com recurso à abordagem bottom-up para identificação de dificuldades, necessidades, expetativas e mais-valias.

1 – Caracterização quantitativa e qualitativa

Os dados e informações que a seguir se apresentam reportam aos anos de 2017, no caso das informações relativas aos inquilinos de habitação social e agregados identificados em acampamento e a 2015, no que concerne aos indivíduos que recorreram ao mercado livre de arrendamento.

Em termos totais residem em Évora 79 agregados familiares de etnia cigana que integram 280 indivíduos, o que representa cerca de 21,3% do número de indivíduos de etnia cigana existentes no distrito de Évora (1.391 segundo indicação do ACM).

Quadro 1

Total de agregados	Nº de agregados por tipologia de habitação	Nº total de elementos	Habitação	Percentagem em relação à população total de etnia cigana
79	56	200	Habitação social	71,4%
	14	54	Arrendamento livre	19,3%
	9	26	Acampamentos	9,3%

Fonte: Câmara Municipal de Évora e Habévora

Do conhecimento que as entidades e organizações que atuam no território possuem, estima-se a existência de cerca 14 famílias de etnia cigana que integraram o sistema de arrendamento livre e que não se encontram inscritos na empresa de habitação social. Por último, haverá ainda que considerar os passantes sazonais que em determinados períodos do ano chegam a rondar as 70 pessoas.

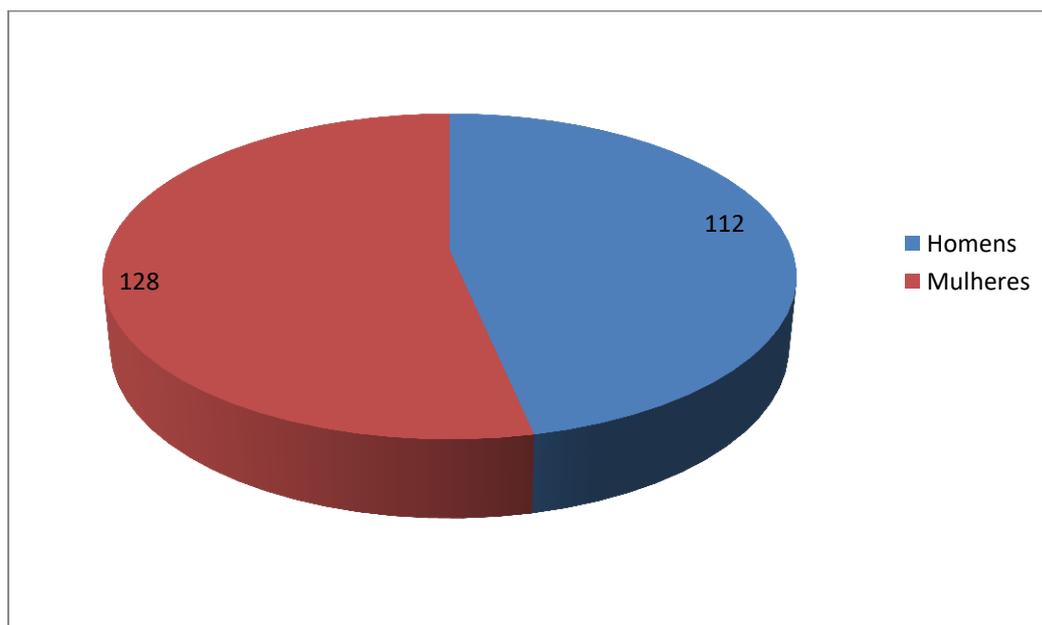
Deste modo, podemos estimar que a comunidade cigana no concelho de Évora será de aproximadamente 350 indivíduos.

Atendendo a que o concelho de Évora tem, segundo os dados do último exercício censitário 53 474 habitantes², a percentagem total de indivíduos de etnia cigana em relação à população total situa-se na ordem dos 0.65%.

A prevalência de género é apenas quantificável para os agregados em situação de acampamento e em regime de habitação social, onde foi autorizada a caracterização do agregado. Desta forma, conforme gráfico 1 é possível aferir uma predominância do género feminino.

² Pordata – Fundação Francisco Manuel dos Santos

Gráfico 1



Fonte: Câmara Municipal de Évora e Habévora

As comunidades ciganas em Évora encontram-se concentradas no perímetro urbano do concelho, com especial incidência na União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras, conforme demonstrado no quadro 2.

Quadro 2

União/Junta de freguesia	Nº de agregados de etnia cigana
União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras	61
União de Freguesias do Bacelo e Srª da Saúde	4

Fonte: Câmara Municipal de Évora e Habévora

O diferencial registado entre o número total de agregados de etnia cigana por freguesia com o nº total de agregados existentes no território, deriva do facto de, à data da última monitorização efetuada pela CME (maio 2018), aos agregados em situação de acampamento não ter sido possível confirmar o local de permanência de alguns destes.

No que concerne às habilitações literárias verifica-se que a maioria da população de etnia cigana presente no território não possui qualquer tipo de habilitação ou possui, apenas o 1º ciclo do ensino básico. Mais uma vez os dados apresentados no quadro 3 dizem respeito aos indivíduos em acampamento e em habitação social.

Quadro 3

	Iletrados	1º ciclo	2º ciclo	Ao cuidado dos pais (idade de creche e ji)	S/ informação
Nº de indivíduos	69	62	4	9	22

PLANO LOCAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

De acordo com as indicações dos Agrupamentos de Escolas do concelho existem 100 crianças e jovens de etnia cigana a frequentar estabelecimentos de ensino e educação da rede pública de Évora no ano letivo 2017/2018, conforme quadro abaixo:

Agrupamentos de Escolas	Ano letivo 2017/18
Agrupamento Manuel Ferreira Patrício	Pré-escolar – 6 crianças
	1º ciclo – 22 alunos
	2º ciclo – 10 alunos
	3º ciclo – 8 alunos
	Ensino secundário - 0
Total	46 alunos
Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira	Pré-escolar – 2 crianças
	1º ciclo – 3 alunos
	2º ciclo – 2 aluno
	3º ciclo – 2 alunos
	Ensino secundário – 2 alunos
Total	11 alunos
Agrupamento de Escolas Severim Faria	Pré-escolar – 0
	1º ciclo – 20 alunos
	2º ciclo – 11 alunos
	3º ciclo – 5 alunos
	Ensino Secundário - 0
Total	36 alunos
Agrupamento de Escolas André de Gouveia	Pré-escolar – 2 crianças
	1º ciclo – 3 alunos
	2º ciclo – 0
	3º ciclo – 0
	Ensino Secundário - 2
Total	7 alunos
Total geral	100 alunos

Importa destacar, com base na leitura do mesmo quadro, que apenas 4 alunos frequentam o ensino secundário. Este dado consubstancia o conhecimento generalizado dos níveis de absentismo e insucesso registados pelos alunos.

Relativamente à situação face ao emprego constata-se que a maioria da comunidade de etnia cigana do concelho de Évora encontra-se desempregada (87 indivíduos), apenas 3 estão empregados. De referir que 40 pessoas são reformados/pensionistas.

No que concerne aos apoios sociais e de acordo com o Centro Distrital de Segurança Social de Évora são beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) 157 indivíduos de etnia cigana, correspondendo este valor a 37 famílias. De salientar que do número total de beneficiários de RSI, 60 elementos são do género feminino e 84 são beneficiários menores de 16 anos.

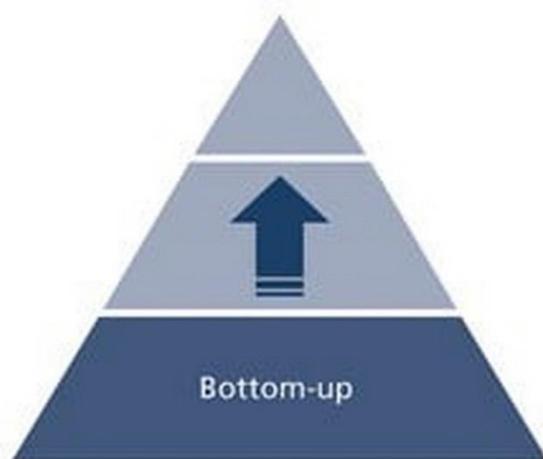
2 – PROCESSO PARTICIPATIVO

De acordo com Idáñez e Ander-Egg (2007)³ “um diagnóstico não se elabora apenas para se saber o que está a acontecer, pois deve também permitir programar ações concretas e selecionar estratégias de atuação mais ajustadas às necessidades diagnosticadas. (p.16)”.

A fase de diagnóstico participado tem como principais objetivos:

- Envolver e promover a participação da comunidade cigana no processo de construção do Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas;
- Identificar as principais necessidades, expectativas da comunidade cigana com vista a um efetivo processo de inclusão social, fomentado, em simultâneo, a sua responsabilização;
- Definir linhas de intervenção com os diversos atores sociais locais, atendendo às necessidades identificadas pela comunidade cigana, os constrangimentos dos serviços e os resultados que se pretendem alcançar;
- Identificar os recursos, respostas e projetos existentes no território que possam contribuir para a implementação e consolidação das estratégias a definir.

Para a concretização da fase participativa do diagnóstico será aplicada uma metodologia bottom-up, permitindo uma progressão no nível de conhecimento e informação transmitida, partindo do geral para o mais particular.



³ Idáñez, M & Ander-Egg, E. (2007) *Diagnóstico social: Conceitos e metodologia*. Porto, REAPN

A concretização da fase participativa do PLICCE será executada através de quatro focus-group:



O focus group destinado à comunidade cigana foi realizado em dois momentos: manhã, com elementos que residem em acampamento e, de tarde, com elementos integrados em habitação social.

Nos dois focus group as questões de partida assentaram nas dificuldades, necessidades e expectativas que estes elementos da comunidade cigana identificam para o seu processo de inclusão social.

O registo dos contributos será organizado com recurso à metodologia de Árvore de Problemas, uma vez que esta é uma técnica de causalidades lineares, na qual se visualizam as principais causas e efeitos do problema.

Esta técnica será replicada em função do número de problemas apontados por cada um dos grupos participantes.

No focus group com os atores sociais locais será aplicada uma matriz swot e no focus group com os representantes dos agrupamentos de escolas procedeu-se à organização de um breve resumos dos contributos dados.

Os dois primeiros focus group contaram com a presença e mediação de dois técnicos do Alto Comissariado para a Migrações,IP.

2.1 ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS RECOLHIDOS NO FOCUS GROUP: ELEMENTOS EM SITUAÇÃO DE ACAMPAMENTO



Síntese:

O nível de pobreza é o principal preditor dos diversos problemas com que estas famílias se debatem, importando destacar o seu forte carácter geracional.

O acesso à habitação é entendido como fundamental no processo de alteração das condições de vida, pois só quando garantidas as condições básicas de higiene e conforto será possível equacionar o acesso ao emprego e a aposta na qualificação/formação.

Todavia, o nível de rendimentos (na maioria beneficiários de Rendimento Social de Inserção) não permite o acesso ao mercado de arrendamento livre. Neste caso, além da dificuldade de fazer face às despesas de aluguer, importa sublinhar o comportamento discriminatório assumido por alguns arrendatários.

Em relação à habitação social é perceptível a falta de entendimento para com o conjunto de normativos, regras e procedimentos existentes no quadro da empresa municipal de habitação social. É apontada a dificuldade de acesso a esta resposta, fruto da fraca rotatividade do parque habitacional e do número elevado de inscritos que acabam admitidos em concurso.

Embora o acesso à educação seja entendido como importante, esta premissa acaba por ser aplicada, apenas aos mais jovens sendo evidente o descrédito dos mais velhos perante o seu processo de formação/qualificação. Importa referir que esta desvalorização é extensível à frequência da educação pré-escolar porque “não é obrigatório”, tornando-se evidente a falta de perceção da centralidade das aquisições realizadas em contexto de jardim-de-infância para o desenvolvimento infantil.

Ainda em relação à Educação é apontado como constrangimento a distância de alguns acampamentos face à escola.

2.2 ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS RECOLHIDOS NO FOCUS GROUP: ELEMENTOS EM SITUAÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL



Síntese:

Ao nível da Educação, a escola é entendida como importante do percurso de vida dos filhos. Apesar desta perceção, são relatados episódios de discriminação face à criança cigana no seio da escola.

Para a alteração deste paradigma seria importante equacionar uma oferta de enriquecimento curricular e/ou projeto educativo sobre cultura cigana e promoção do diálogo intercultural.

A mediação intercultural surge como determinante no processo de promoção e facilitação do diálogo intercultural no território, respeitando as idiossincrasias da cultura cigana. O estigma e o anti ciganismo estão muito latentes, sendo necessário facilitar a organização das comunidades ciganas para a constituição de uma estrutura representativa na sociedade civil.

O acesso ao mercado de trabalho em Évora revela-se muito difícil e são apontadas diversas situações de discriminação em contexto laboral.

No que concerne à habitação e à semelhança do exposto no anterior focus group, o acesso ao mercado de arrendamento livre revela-se difícil face aos rendimentos auferidos pela maioria dos agregados familiares de etnia cigana e em virtude da especulação imobiliária vivida no concelho. Mais uma vez, os presentes fizeram relatos sobre a falta de abertura e disponibilidade dos proprietários para alugarem habitações a elementos da comunidade cigana. Em relação à habitação social, foi destacada a necessidade de obras de manutenção/conservação em algumas habitações.

2.3 ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS RECOLHIDOS, ATRAVÉS DE MATRIZ SWOT, NO FOCUS GROUP: ATORES SOCIAIS LOCAIS

Estiveram presentes no focus group os seguintes membros da URIDI:

- Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar da Cruz da Picada (ADBES);
- Centro Distrital de Segurança Social de Évora;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional de Évora;
- Centro Humanitário de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Câmara Municipal de Évora;
- Polícia de Segurança Pública de Évora;
- Habévora, EM (empresa municipal de habitação social).

		Forças	Oportunidades		
Ambiente Interno		<ul style="list-style-type: none"> • Intenção e vontade política; • Existência da Unidade de Rede dedicada ao tema; • Mediação/facilitação; • Motivação para a construção de um projeto comunitário; • Implicação dos técnicos; • Existência no território de recursos humanos, respostas sociais e equipamentos adequados; • Resposta de habitação social local; • Alargamento do objeto social da empresa de habitação social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à construção do PLICC do ACM; • Acesso a financiamento externo para desenvolvimento de medidas; • Frequência do sistema de ensino por parte de crianças e jovens; • Qualificação profissional de jovens e adultos; • Elaboração de diagnóstico/caracterização das comunidades ciganas locais; • Possibilidade de organização de movimento civil dedicado às comunidades ciganas; • Possibilidade de ajustamento da oferta formativa às expectativas e reais competências das comunidades ciganas; • Ajustamento entre a oferta e a procura de emprego; • Definição de estratégia intermunicipal; • Articulação efetiva entre os diferentes serviços descentralizados do estado e autarquia; • Novas políticas de habitação; 	Ambiente Externo	
		<p style="text-align: center;">Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes conceitualizações sobre a intervenção social • Necessidade de formação específica dos diferentes intervenientes da rede social local; • Défice de recursos habitacionais; • Falta de uniformização de conceitos; • Necessidade de reforço das estratégias de intervenção; • Existência de acampamentos ocasionais; • Baixa rotatividade do parque habitacional da empresa municipal de habitação social; • Alojamento concentrado em bairros sociais, o que favorece a estigmatização; • N° recursos humanos diminuto. 	<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de diálogo intercultural; • Existência de estigma e preconceito para com as comunidades ciganas; • Baixo nível de escolarização/formação das comunidades ciganas locais; • Baixa expectativa em relação ao percurso escolar; • Necessidade de maior articulação entre entidades formadoras externas; • Dependência das prestações do Estado; • Dificuldade de fazer entender a necessidade de assunção de medidas de discriminação positiva; • Dificuldade de acesso ao emprego; • Dificuldade de comunicação da diáde comunidade cigana-comunidade maioritária (incluindo equipas técnicas); • Constestação popular face ao realojamento de pessoas de etnia cigana; • Fraca articulação entre instituições de cariz social que intervêm com a população realojada. 		

Síntese:

Ao nível da educação, as entidades e organizações presentes são unânimes em identificar a baixa escolarização/formação das pessoas de etnia cigana como um fator que cria obstáculos à intervenção que se pretende desenvolver. Ainda neste domínio, e à semelhança do que se havia concluído nos focus groups anteriores, os técnicos aferem uma baixa expectativa das comunidades ciganas em relação ao percurso escolar dos filhos, sendo este facto mais notório no que respeita à frequência da educação pré-escolar.

Importa referir que o nível de integração vivido nos estabelecimentos de ensino e educação pode ser potenciado, segundo a perspectiva dos presentes, tornando-se necessário e urgente investir na formação dos profissionais da área da educação e disseminar ofertas relacionadas com a cultura cigana em contexto educativo, seja no formato de atividades de enriquecimento curricular ou através do modelo de projetos de educação não formal.

No que concerne ao emprego concluiu-se que este não é um aspeto valorizado pela maioria dos elementos da comunidade cigana, podendo este fator derivar da profunda alteração vivida na agricultura, onde o trabalho humano foi substituído pelas máquinas, do declínio dos mercados e feiras, mas também do estigma e preconceito de muitos empregadores que manifestam resistência à empregabilidade de pessoas de etnia cigana.

Relativamente à área da saúde destaca-se a necessidade de reforçar a formação dos técnicos e equipas, com vista à progressiva adaptação e ajustamento das respostas face a algumas características e limitações destes agregados familiares. De sublinhar a importância referida pelos técnicos para o trabalho ao nível do planeamento familiar.

O diálogo intercultural é uma das áreas mais frágeis da intervenção em curso, sendo claro o clima de instabilidade, intolerância e insegurança vivida por ambas as partes. Será determinante a existência de mediação no território que permita a construção de canais de comunicação entre as comunidades ciganas, entre estas e a comunidade maioritária e entre as comunidades e os serviços. Estabeleceu-se, também, a centralidade de desencadear respostas/projetos de índole comunitária que possibilitem, a todo o tempo, a relação entre os diferentes intervenientes, a identificação de elementos chave, o envolvimento e implicação dos atores sociais locais na resolução das efetivas necessidades destas comunidades.

No que respeita à habitação social existe uma franca dificuldade na integração dos agregados de etnia cigana que são realojados, devido às baixas competências pessoais e sociais que são manifestadas por algumas destas famílias e que até aqui viviam em acampamento ocasional, mas também, por parte da comunidade maioritária existente nos bairros alvos destes realojamentos que estigmatizam e excluem muitas destas famílias.

A expressão da problemática em Évora determina a concertação de estratégias de intervenção a nível intermunicipal, já que chegam e passam pelo concelho inúmeras famílias oriundas de outros pontos do distrito. Embora não seja possível apurar o número de famílias ciganas “passantes” pelo território é possível afirmar que este facto contribui para a incompreensão, intolerância e preconceitos para com as comunidades ciganas.

Atendendo à centralidade que a intervenção na área de Educação acabou por evidenciar, determinou-se a realização de um último momento de auscultação com os Agrupamentos de Escolas do concelho.

2.4 - ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS RECOLHIDOS NO FOCUS GROUP: AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

Esta reunião de trabalho aconteceu no dia 10 de maio e contou com a participação de representantes de todos os agrupamentos de escolas e do município. A discussão teve como ponto de partida duas questões centrais: “Quais os constrangimentos sentidos pelos estabelecimentos de ensino e educação no acompanhamento e integração de crianças e alunos de etnia cigana?” e “Que respostas poderiam ser perspetivadas para colmatar estas lacunas?”.

São identificados como principais constrangimentos:

- Resistência à integração por parte de alguns alunos e famílias;
- Baixa estimulação social e cognitiva;
- Resistência à aprendizagem;
- Não frequência da educação pré-escolar;
- Integração tardia no sistema educativo, o que dificulta o processo de aprendizagem;
- Comprometimento do percurso escolar de jovens ciganas devido a questões culturais;
- Falta de higiene de crianças e alunos;
- Despiste tardio de situações de saúde.

São apontadas as seguintes sugestões:

- Implementação de programa funcional adaptado;
- Existência de mediadores interculturais nos agrupamentos de escolas;
- Existência de mais recursos humanos por forma a garantir um acompanhamento mais sistemático, persistente e individualizado;
- Centralização da informação numa única organização/estrutura de trabalho;
- Reforço da importância da frequência do pré-escolar;
- Momentos de trabalho práticos com formadores para pessoal docente e não docente.

O número elevado de famílias “passantes” no território acaba por ter um reflexo expressivo no quotidiano dos estabelecimentos de ensino e educação, já que os pedidos de transferência de estabelecimento de ensino são uma constante. Sobre este aspeto, consideram os presentes determinante a definição de critérios de matrícula e/ou transferência que balizem e determinem os critérios a aplicar e os procedimentos a considerar.

Esta proposta entronca na sugestão que aponta para a necessidade de construção e implementação de estratégia de intervenção intermunicipal sobre esta matéria, podendo desta forma serem assegurados princípios de igualdade, respeito pelos direitos e dignidade humana, numa lógica de correlação com aquilo que são as capacidades de resposta, recursos e nível de preparação de cada município.

3 - DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Objetivo geral

Contribuir para a inclusão das comunidades ciganas de Évora, tendo por base a intervenção colaborativa e o compromisso de todos os intervenientes no processo: comunidade cigana e atores sociais locais, com vista a uma efetiva mudança e qualificação das políticas e estratégias locais de inclusão e promoção de igualdade de oportunidades junto destas comunidades.

Destinatários

O Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas de Évora (PLICCE) destina-se às comunidades ciganas de Évora, às entidades e organizações que intervêm, direta ou indiretamente com as comunidades ciganas, bem como a toda a sociedade civil.

Âmbito

O Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas de Évora é de âmbito concelhio. Todavia, face à dimensão e complexidade da temática poderão vir a ser integradas estratégias e ações de caráter intermunicipal.

Período de execução

O Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas de Évora vigorará no biénio 2019-2021.

3.1 - ESTRUTURA DA DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Áreas	Objetivos estratégicos	Indicadores	Estratégias
Habituação	Garantir as condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas	Nº de agregados incluídos em habitação (arrendamento; habitação social);	Redução de nº de agregados em acampamento; Articulação com instrumentos de planeamento locais e intermunicipais.
Mercado de trabalho	Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional	Nº de elementos colocados no mercado de trabalho	Definição de modelo de intervenção concertado com IEFP e CLDS-4G
Formação e capacitação	Reforçar as competências básicas e promover oferta formativa adequada	Nº de elementos que frequentam ofertas formativas	Definição de modelo de intervenção concertado com IEFP e Centro Qualifica
Educação	Garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas	Nº de elementos em EEE	Definição de modelo de intervenção concertado com agrupamentos de escolas e rede social.

Áreas	Objetivos estratégicos	Indicadores	Estratégias
Saúde	Garantir condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas	Nº de ações realizadas	Reforço da formação dos técnicos e profissionais da área;
Solidariedade e resposta social	Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação	Nº de ações realizadas	Aposta na formação contínua de atores sociais locais; Aposta numa estratégia de intervenção intermunicipal;
Cidadania e participação cívica	Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação	Nº de ações realizadas	Aposta na formação de facilitadores/mediadores interculturais; Aposta na organização de movimentos cívicos nas comunidades ciganas;
Sensibilização da opinião pública	Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação	Nº de ações realizadas	Aposta em iniciativas culturais e de educação não formal; Aposta na formação de facilitadores/mediadores interculturais;
Conhecimento da realidade local	Melhorar a informação e o conhecimento da situação das pessoas ciganas	Realização de diagnóstico	Aposta na envolvência dos atores locais e dos elementos das comunidades ciganas;

4 - DIMENSÃO OPERACIONAL

Nível de intervenção:

- Medidas de nível 1 – consideradas como determinantes para o processo de integração das comunidades ciganas e que serão desenvolvidas com ou sem financiamento externo. Dependem dos recursos locais, ou seja, dos recursos das entidades e organizações implicadas no PLICCE.
- Medidas de nível 2 – ações que carecem de financiamento para a sua concretização, face à sua complexidade, recursos necessários à sua concretização e ao número/especialização de técnicos

4.1 ESTRUTURA DA DIMENSÃO OPERACIONAL

Áreas	Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Habitação	Garantir as condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas	Facilitar o processo de realojamento a integração de famílias de etnia cigana	Realizar ciclos de competências pessoais e sociais de pessoas inscritas para a atribuição de habitação social	Nível 2	Capacitar xxxx mulheres da comunidade cigana local	Nº de participantes Observação das competências adquiridas Grau de satisfação das participantes	Habévora AMUCIP
		Reduzir o número de agregados familiares em situação de acampamento ocasional	Facilitar o acesso das famílias ao mercado de arrendamento livre com recurso à mediação intercultural, através da identificação de grupo de proprietários que se disponibilize a alugar casa a famílias de etnia cigana	Nível 1	Constituir lista de proprietários até final de 2020. Encaminhar para resposta de arrendamento livre 2 famílias até ao final de 2021	Nº de proprietários envolvidos Nº de famílias realojadas	URIDI
		Reduzir o número de agregados familiares em situação de acampamento ocasional	Promover a análise sobre a possibilidade de rentabilização de medidas nacionais relativas ao mercado de habitação	Nível 2	Promover a avaliação da aplicação de cada medida no território	Nº de medidas nacionais aplicadas	Habévora
Mercado de trabalho	Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional	Aumentar o número de pessoas de etnia cigana integradas em posto de trabalho	- Coaching motivacional para o emprego com construção de quadro de expetativas e apetências dos participantes. - Mobilização de entidades empregadoras locais públicas e privadas para disponibilização de experiência em contexto de trabalho c/identificação de tutores de acompanhamento e motivação - Sessões de partilha de experiências com elementos da comunidade que estão integrados em posto de trabalho	Nível 2	Realizar um ciclo de Coaching motivacional entre 2020 e 2021. Promover pelo menos 2 reuniões com entidades empregadoras até final de 2021 Realizar 4 sessões de partilha até final de 2021	Nº de participantes Nº de encaminhamentos para experiências em contextos de trabalho	CLDS 4C

PLANO LOCAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

Áreas	Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Formação e capacitação	Reforçar as competências básicas e promover oferta formativa adequada	Promover a frequência efetiva e de qualidade da comunidade cigana em ofertas formativas	Realizar ciclos de competências pessoais e sociais com grupos de mulheres e jovens ciganas	Nível 2	Até final de 2021, aumentar em x% o nível de formação/qualificação da comunidade cigana local	- N° de elementos da comunidade cigana a frequentar cursos de formação/qualificação - Frequência dos formandos ao longo das ofertas Nível de conclusão e aproveitamento dos formandos	IEFP
			Adequar a oferta formativa às expectativas e apetências das comunidades ciganas	Nível 1			IEFP
Educação	Garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas	Aumentar o nível de frequência da educação pré-escolar por parte de crianças de etnia cigana	- Realizar ações de sensibilização junto das famílias para a importância da frequência do pré-escolar - Construção de kits de pré-escolar com jogos, brinquedos, atividades que os técnicos/mediadores farão deslocar aos acampamentos e bairros permitindo um primeiro contacto das crianças e famílias com as atividades desenvolvidas em jardim-de-infância.	Nível 1	Integrar três crianças na educação pré-escolar até final de 2021	N° de crianças integradas	CLDS 4G URIDI
		Aumentar o conhecimento sobre a cultura cigana junto da comunidade educativa	Momentos de trabalho para pessoal docente e não docente sobre cultura cigana	Nível 2	Realizar 4 momentos de trabalho com pessoal docente e não docente até final de 2021	N° de docentes participantes N° de assistentes operacionais dos EEE participantes Grau de satisfação dos participantes	DGESTE CME
		Facilitar o diálogo intercultural e o conhecimento sobre a cultura cigana	Enquadramento dos alunos em atividades complementares à atividade escolar como estratégia de integração na comunidade p.ex: atividades desportivas e culturais.	Nível 1	Integrar pelos menos xxx alunos em atividades complementares	N° de clubes desportivos e associações culturais envolvidas N° de alunos integrados em ofertas Grau de satisfação dos intervenientes	CME

PLANO LOCAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

Áreas	Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Educação	Garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas	Facilitar o diálogo intercultural e o conhecimento sobre a cultura cigana	Aplicar o kit pedagógico "Romano Atmo"	Nível 1	Aplicar o kit pedagógico "Romano Atmo" em pelo menos 3 EEE do território	Nº de EEE participantes Tempo de aplicação do kit Grau de satisfação dos intervenientes	DGESTE CME
Saúde	Garantir condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas	Facilitar o acesso dos agregados familiares às respostas de saúde	Definir e disseminar estratégias de acolhimento nas USF's de famílias de etnia cigana em situação de acampamento	Nível 1	Apresentar proposta de estratégias a implementar até final de 2020	Nº de USF's participantes Nº de estratégias implementadas Grau de satisfação dos intervenientes	Administração Regional de Saúde
		Qualificar os procedimentos existentes	Definir fluxograma de saúde	Nível 1	Apresentar proposta de fluxograma até final de 2020	Nº de profissionais de saúde participantes Eficiência do fluxograma	
		Qualificar os percursos de saúde de crianças e jovens	Identificação de situações de vulnerabilidade em contexto escolar	Nível 1	Encaminhar crianças e jovens identificados para as respostas adequadas	Nº de situações identificadas Nº de encaminhamentos Nº de respostas efetivadas	
Solidariedade e resposta social	Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação	Qualificar a intervenção dos técnicos	Realizar ciclos formativos sobre cultura cigana com diversos atores sociais locais	Nível 1	Realizar pelo menos 2 ciclos formativos até final de 2021	Nº de entidades/organizações representadas Nº de técnicos participantes Grau de satisfação dos participantes	CME
		Alinhar a intervenção a nível intermunicipal	Solicitar à CIMAC análise da intervenção com as comunidades ciganas com vista ao alinhamento de estratégia entre os diferentes municípios	Nível 2	Promover uma reunião de trabalho com a CIMAC até final de 2020 Promover uma reunião de trabalho com os municípios da CIMAC até final de 2021	Nº de reuniões realizadas Nº de municípios participantes	URIDI

PLANO LOCAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

Áreas	Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cidadania e participação cívica	Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação	Facilitar o diálogo entre as comunidades ciganas e os serviços	Constituição de pelo menos um mediador intercultural no território	Nível 2	Constituir pelo menos 1 mediador intercultural até final de 2021	Nº de mediadores constituídos	URIDI
		Promover a inclusão e representatividade social das comunidades ciganas no território	Realizar assembleias comunitárias com as comunidades ciganas	Nível 2	Realizar pelo menos 2 assembleias comunitárias até final de 2021	Nº de assembleias realizadas Nº de elementos da comunidade cigana participantes	URIDI
Sensibilização da opinião pública	Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação	Facilitar o diálogo intercultural	Realizar ações comunitárias em alguns bairros sociais com vista à aproximação entre as comunidades	Nível 1	Realizar 2 ações comunitárias (cultura, desporto, gastronomia) até final de 2021	Nº de ações realizadas Nº de participantes Grau de satisfação dos participantes	ADBES Habévora
Conhecimento da realidade local	Melhorar a informação e o conhecimento da situação das pessoas ciganas	Produzir e sistematizar informação caracterizadora das comunidades ciganas de Évora	Realização de diagnóstico da comunidade cigana com participação e envolvimento dos diferentes atores locais	Nível 1	Apresentação de estudo até final de 2021	Nº de serviços participantes Nº de elementos da comunidade cigana participantes Nº de juntas e uniões de freguesia participantes	URIDI

5 - MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- Avaliação interna on-going - reuniões da URIDI; monitorização de metas e indicadores; resultados dos inquéritos de satisfação por parte dos beneficiários; relatórios trimestrais; por forma a adequar estratégias, fazer correções e ajustes necessários.
- Avaliação externa on-going - mediante avaliação de satisfação dos beneficiários diretos, parceiros formais e informais.
- Relatório anual de execução de atividades.

6 - MODELO DE GOVERNAÇÃO

O concelho de Évora viu recentemente aprovado o Plano de Desenvolvimento Social para o triénio 2019-2021. Este documento estratégico teve na base da sua construção um exercício participativo e reflexivo com a Rede Social Local que conduziu à estruturação de cinco eixos de intervenção, nomeadamente:

1. Cidadania;
2. Trabalho em rede;
3. Envelhecimento ativo;
4. Inclusão;
5. Formação e emprego.

Correspondendo à expressão e centralidade que a intervenção com as comunidades ciganas têm vindo a assumir no contexto da intervenção social do território, o eixo do PDS dedicado às questões da inclusão incorpora diversas medidas de intervenção que enquadradas na perspetiva sistémica do planeamento social radicam das preocupações e expectativas dos diversos atores sociais locais, mas, também da interceção dos contributos de outros instrumentos de planeamento para esta área em aplicação no concelho de Évora como os planos de ação do Núcleo Local de Inserção do Centro Distrital de Segurança Social de Évora, do Conselho Local de Ação Social de Évora e as propostas de intervenção da Unidade de Rede para a Inclusão e Diálogo Intercultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Plano de Desenvolvimento Social 2019-2021, Câmara Municipal de Évora/Conselho Local de Ação Social de Évora;
- Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes, Alto Comissariado para as Migrações, IP e Logframe, Consultoria e Formação, Lda;
- Diagnóstico Social Teoria, Metodologia e Casos Práticos Fialho, Joaquim; Silva, Carlos A. da; Saragoça, José; Lisboa, Edições Sílabo;
- Idañez, M & Ander-Egg, E. (2007) Diagnóstico social: Conceitos e metodologia. Porto, REAPN.

FICHA TÉCNICA

Versão 1

Coordenação Geral Sara Dimas Fernandes
Vereadora do Pelouro da Educação e Intervenção Social
Presidente do Conselho Local de Ação Social de Évora

Coordenação Técnica Helena Ferro
Chefe da Divisão de Educação e Intervenção Social
Pedro Costa
Assessor

Técnico Ana Abrantes
Câmara Municipal de Évora

Com os contributos e revisão do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Évora e da Unidade de Rede para a Inclusão e Diálogo Intercultural